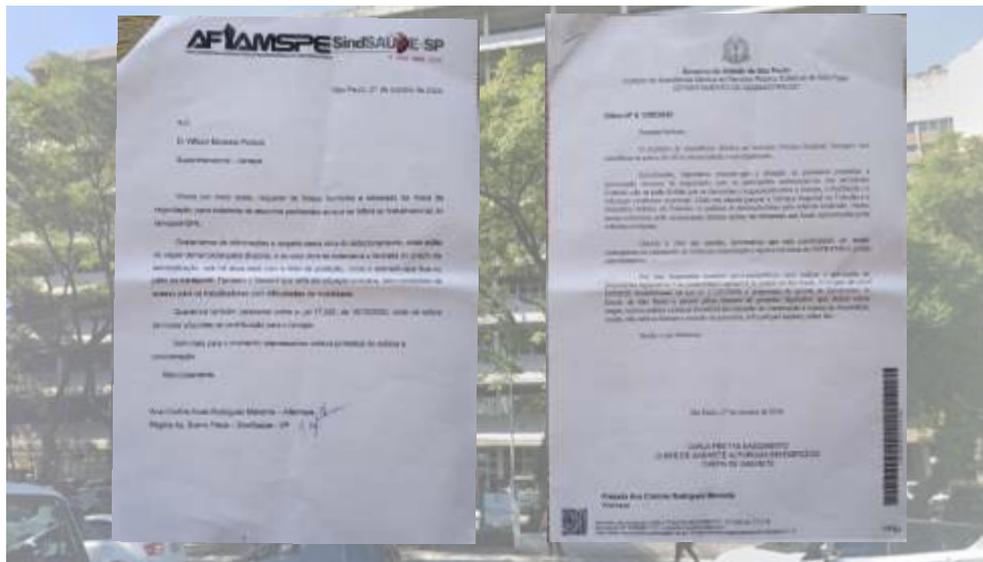




IAMSPE USA PANDEMIA COMO DESCULPA PARA REJEITAR MESA DE NEGOCIAÇÃO



A superintendência do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual de São Paulo (Iamspe) tem demonstrado que os médicos têm tratamento VIP na autarquia. Enquanto os primeiros conseguem fazer reuniões presenciais a cada três meses com os gestores da entidade para discutir suas reivindicações, as demais trabalhadoras e trabalhadores não têm a mesma sorte. Como único recurso, cabe a estes últimos encaminharem ofícios obtendo, em troca, respostas bastante protocolares para pedidos mais do que justos.

Ao longo de 2020 e a despeito da pandemia de Covid-19, a Associação dos Funcionários do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (AfiamSpe) e o SindSaúde-SP têm se mobilizado para pôr na pauta de discussões as reivindicações de todas as trabalhadoras e trabalhadores, entre elas as bonificações por produtividade – que os médicos ganham e o demais, não –, reajustes reais, além do plano de cargos, carreiras e salários.

Importante ressaltar que a crítica não é destinada aos médicos, mas ao comportamento da superintendência. Inclusive, a Associação Médica do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (AmiamSpe), assim como a Comissão de Residência da Universidade

Federal de São Paulo (Coreme-Unifesp-SP) são parceiras da AfiamSpe e do SindSaúde-SP.

Por essa razão, quando todos se sentam na mesma mesa de negociação - SindSaúde-SP, AfiamSpe, AmiamSpe, associação dos enfermeiros (AEHSPE), associação dos fisioterapeutas (AfisiamSpe) e associação dos farmacêuticos (AfarmiamSpe) - todas as trabalhadoras e trabalhadores saem fortalecidos. É isso o que defendem a AfiamSpe e o SindSaúde-SP, por entenderem que, quando juntos, todos são mais fortes e as negociações, quando coletivas, resultam em melhores resultados a todos.

Salário mais justo

“O Iamspe tem o menor salário do estado entre os profissionais vinculados à Secretaria de Estado da Saúde. O bônus seria uma forma de compensar a perda salarial que tivemos ao longo do tempo”, lembra Ana Cristina Manente, presidente da AfiamSpe e delegada do SindSaúde-SP.

As perdas ocorreram principalmente devido às constantes trocas de secretarias estaduais às quais o instituto está atrelado, ocasionando consideráveis perdas salariais às trabalhadoras e trabalhadores, que dependem das bonificações por produtividade – às quais os médicos têm direito – como forma de compensá-las.

Neste ano, a situação ficou ainda pior com a aprovação da reforma da previdência do estado, que os fez perder a aposentadoria especial.

Ofício

No dia 21 de outubro, ofício assinado por Ana Cristina e pela secretária de Assuntos Jurídicos do SindSaúde-SP, Regina Bueno Paiva, e encaminhado ao superintendente do Iamspe, Doutor Wilson Modesto Pollara, pedia o retorno da mesa de negociações para tratarem dos assuntos de interesse das trabalhadoras e trabalhadores do Hospital do Servidor Público Estadual (HSPE).

A associação queria respostas a respeito das obras inadequadas realizadas no estacionamento do hospital, dos problemas de acessibilidade ao prédio e, também, a respeito da Lei 17.293, de 15 de outubro de 2020, que aumenta, a partir de janeiro do ano que vem, as alíquotas de contribuição do Iamspe, trazendo ainda mais perdas salariais aos contribuintes que já estão sem reajuste real há ao menos duas décadas.

Em resposta encaminhada em 27 de outubro, a chefe de gabinete da autarquia diz que “a situação de pandemia prejudica a convocação da mesa de negociação com as associações representativas” dos trabalhadores.

“Foi usada a pandemia como argumento para não nos receber pessoalmente, mas o mesmo não acontece com os médicos, que conseguem reuniões a cada três meses”, pontua a presidente da AfiamSpe.

A respeito da Lei 17.293, antigo Projeto de Lei 529/20, a chefe de gabinete justificou que a análise e aprovação de matérias desse tipo competem à Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) e que “não cabe ao Iamspe emitir pareceres sobre leis”.

Ou seja, mais uma vez, a gestão da autarquia usou de subterfúgios para fugir de qualquer responsabilidade pelo sucateamento do instituto.

Cronologia do desmonte

Tem sido uma tática dos governos do PSDB o desmonte do serviço público. Primeiro, eles sucateiam empresas públicas, hospitais, serviços. Depois, justificam a sua ineficiência para, enfim, entregá-los às mãos da iniciativa privada.

Foi o que João Doria fez recentemente com a Lei 17.293, que acabou com seis empresas públicas do estado, além de aumentar as alíquotas de contribuição do Iamspe.

Abaixo, confira o que vem acontecendo com o Iamspe ao longo dos anos:

- **1952:** criação do Departamento de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Damspe);
- **1957:** início da constituição do Hospital do Servidor Público Municipal (HSPE);
- **1961:** inauguração do HSPE;
- **1962:** descentralização do atendimento para o interior;
- **1966:** regime jurídico muda o Damspe para Iamspe, vinculado à Secretaria da Fazenda;
- **1968:** passou a ser vinculado à Secretaria de Trabalho e Administração;
- **1970:** elaboração do regimento interno do Iamspe;
- **1984:** criação dos ambulatórios do Iamspe no interior (Ceamas);
- **1987:** transferência da Secretaria de Trabalho e Administração para a Secretaria de Saúde;
- **2008:** HSPE passa a ser subordinado à gestão pública;
- 2009: início do credenciamento de médicos para atender usuários em consultórios e clínicas particulares;
- 2013: implementação do plano de carreiras para médicos;
- **2014:** Iamspe passa a fazer parte da Secretaria de Planejamento e Gestão. Neste ano, também foi aprovado um prêmio de incentivo para compensar perdas salariais que nunca foi, de fato, colocado em prática;
- **2019:** transferência para a Secretaria de Governo;
- 2020: transferência para a Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão.

Mobilizações e conquistas

Importante lembrar que a Afiamspe e o SindSaúde-SP nadaram contra a corrente e, mesmo durante a pandemia, realizaram mobilizações importantes que resultaram em conquistas para trabalhadoras e trabalhadores.

- **17 e 18 de março:** assembleia e carta aberta aos usuários a respeito da terceirização do pronto-socorro do HSPE;
- **Abril/ maio:** abertura dos portões para acesso ao ambulatório;



- **Carreata em julho e carta aberta ao governador João Doria Jr. contra a transferência do Iamspe para a Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão;**
- **Acordo com a superintendência para ganho da insalubridade máxima, de 40%, durante a pandemia;**
- **Estacionamento do HSPE foi ampliado;**

- **Reforma do refeitório;**
- **Fornecimento de refeições para todos os trabalhadores do Iamspe;**
- **Formação do comitê de pandemia;**
- **Flexibilização da jornada de trabalho;**



- **Ocupação dos vestiários para proteger trabalhadoras e trabalhadores;**
- **Coleta para realização do exame SWAB-PCR para Covid-19;**
- **Abertura de Comunicado de Acidente de Trabalho (CAT), atualmente sendo mediado pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT).**

DIRETORAS DISCUTEM LEI 17.293 COM DEPUTADA PROFESSORA BEBEL

Diretoras da Afiamspe e do SindSaúde-SP reuniram-se na quinta-feira, 29 de outubro, com a deputada Professora Bebel (PT), que é presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) e da Frente Parlamentar em Defesa do Iamspe, para discutirem o reajuste das alíquotas do Iamspe, conforme a Lei 17.293.

Entre as reivindicações do grupo, estão a garantia da qualidade do atendimento para o usuário; inclusão de emendas no Orçamento de 2021 e a concessão de bônus para as trabalhadoras e trabalhadores da saúde.



Reunião com Vinholi

Bebel e a secretária geral do SindSaúde-SP, Célia Regina Costa, reuniram-se com o secretário de Desenvolvimento, Marcos

Vinholi, que disse não haver objeção para o não pagamento do bônus.

A deputada ficou de cobrar um posicionamento, até porque o próprio superintendente do Iamspe, Doutor Wilson Modesto Pollara, havia dito que o dinheiro já estava no orçamento.

Ao lado de Célia, estiveram com a deputada as diretoras do SindSaúde-SP Regina Bueno (Assuntos Jurídicos), Roseli Ilídio (Organização Sindical), além das delegadas Ana Cristina Manente e Mônica Lucila Vieira Garay, ambas também diretoras da Afiamspe.